

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.39, n.9-10, setembro/outubro 2017

sumário

- 3 O MERCADO INDONÉSIO DE CARNE DE FRANGO
Guilherme Amorim
- 6 ABERTURA NO TRANSPORTE MARÍTIMO
Guilherme Amorim
- 8 LEI KANDIR E COMPENSAÇÕES
Guilherme Amorim
- 10 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 12 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

JURACI BARBOSA SOBRINHO - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

O MERCADO INDONÉSIO DE CARNE DE FRANGO

Guilherme Amorim*

A retomada das exportações de carne de frango brasileira para a Indonésia é premente, em decorrência da condenação, em painel da Organização Mundial do Comércio (OMC), de barreiras não tarifárias impostas na última década. O país é, presentemente, o 12.º maior mercado consumidor do produto, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). Aproximadamente 65% do consumo de proteína animal indonésio é suprido por carne de frango, segundo a associação local de fabricantes de ração. Uma vez que sua população é predominantemente muçulmana (87,18%, de acordo com o censo populacional de 2010), a oferta de carne precisa seguir regras de abate específicas (hela), dominadas por todos os grandes frigoríficos nacionais (tabela 1).

TABELA 1 - CONSUMO DOMÉSTICO DE CARNE DE FRANGO - 2016-2018

MERCADO CONSUMIDOR	CONSUMO DOMÉSTICO (MIL TONELADAS)		
	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾
Estados Unidos	15 331	15 576	15 838
União Europeia	11 018	11 170	11 320
China	12 344	11 650	11 095
Brasil	9 024	9 252	9 402
Índia	4 196	4 397	4 597
México	4 061	4 144	4 269
Rússia	3 850	3 960	4 015
Japão	2 386	2 425	2 425
Argentina	1 905	1 909	1 916
Malásia	1 731	1 750	1 780
África do Sul	1 665	1 695	1 765
Indonésia	1 640	1 660	1 700
Colômbia	1 553	1 638	1 693
Turquia	1 604	1 590	1 600
Filipinas	1 450	1 515	1 585
Outros	13 610	13 804	14 091

FORNTE: FAS-USDA

(1) Estimativas.

No período anterior ao fechamento das fronteiras, as encomendas indonésias eram esporádicas e flutuavam significativamente. O maior volume comercializado deu-se em 2000, quando 1,08 mil toneladas foram embarcadas, sendo 20,73% originárias do Paraná. Esse fluxo decresceu em anos subsequentes, ao ponto de se tornar inexistente em 2003, 2005 e 2006. Surtos de gripe aviária (H5N1) naquele país exigiram que as fronteiras fossem abertas em 2007, para que o fornecimento de carne de frango fosse garantido. Desse modo, a exportação brasileira para a Indonésia chegou a 674,6 toneladas naquele ano (46,9% dela paranaense).

Poucas empresas são responsáveis pela produção indonésia de carne de frango, concentração que acentuou-se no início desta década, quando o excesso de oferta constrangeu a receita dos frigoríficos, que haviam contraído dívidas para modernizar suas linhas de abate. Essa superoferta levou, ainda, à virtual extinção de granjeiros independentes, desvinculados de frigoríficos. A demanda por ração de milho cresceu aproximadamente 6,25% entre 2016 e 2017, enquanto a produção do grão variou apenas 3,80%. Não surpreendentemente, o Brasil é o principal fornecedor do milho importado pelo país.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

As evidências apresentadas no painel da OMC demonstraram que as barreiras sanitárias impostas, com parâmetros científicos imprecisos e multiplicidade de certificados requeridos, eram flagrantemente incompatíveis com as regras da entidade. O relatório não foi contestado pela Indonésia, o que seria, nesse ponto, ação meramente protelatória. Há processo aberto por Estados Unidos e Nova Zelândia, com argumentação semelhante, no Órgão de Apelação da organização. As expectativas dos exportadores brasileiros são de que as práticas de desembaraço alfandegário sejam atualizadas até o final de 2017 e os embarques normalizados no início do próximo ano.

A aceitação dos termos se deu, também, porque a administração fiscal indonésia tem reduzido subsídios e privilegiado infraestrutura, educação e saúde públicas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, na sigla em inglês) estima que o Produto Interno Bruto (PIB) do país crescerá 5,0% em 2017, mesma taxa do ano anterior. A entidade prevê, ainda, que essa expansão será intensificada em 2018 (5,2%).

A perspectiva de abertura do mercado indonésio é bem-vinda, em cenário de lenta recuperação da demanda brasileira. O consumo doméstico caiu 3,06% entre 2015 e 2016, de acordo com o USDA. As projeções desse organismo apontam para crescimento de 2,53% no ano corrente e de 1,62% em 2018. No ano passado, as empresas do setor viram-se a operar com margens brutas negativas, ante o aumento dos preços do milho provocado por estiagem. A safra de 2017 do grão reverteu esse quadro, com volume 27,4% maior na colheita de verão e 72,3% maior na colheita de inverno, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/ IBGE) de setembro. A quantidade combinada dos dois períodos (99,55 milhões de toneladas), sem precedentes, foi 16,72% superior à melhor colheita anual de milho até então registrada, em 2015.

Segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do IBGE, foram processados 5,8 bilhões de animais (13,27 milhões de toneladas) nos 12 meses terminados em junho. Esse patamar de abates demanda mais de 46 milhões de toneladas anuais de milho. Estimativa de outubro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a produção nacional de milho em 2018 prevê retração de ao menos 13,2% na safra de verão e estabilidade (variação de 0,3%) na de inverno. O momento seria propício para a aquisição dos grãos pelos grandes incorporadores, mas estes mostram-se descapitalizados. Maior exportador mundial de carne de frango (tabela 2), o Brasil importou 2,9 milhões de toneladas de milho em 2016, ante safras domésticas ruins.

TABELA 2 - PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO - 2017

PAÍS/ REGIÃO	PRODUÇÃO ⁽¹⁾ (mil t)	EXPORTAÇÃO ⁽¹⁾ (mil t)
Estados Unidos	18 596	3 091
Brasil	13 250	4 000
União Europeia	11 700	1 250
China	11 600	400
Índia	4 400	3
Rússia	3 870	115
México	3 400	6
Argentina	2 086	185
Turquia	1 950	360
Tailândia	1 900	770
Malásia	1 690	10
Indonésia	1 660	-
Colômbia	1 550	2
Japão	1 440	10
África do Sul	1 260	65
Outros	9 823	812

FONTE: FAS-USDA

(1) Estimativas.

A despeito de a reintegração da Indonésia ao comércio de carne de frango sinalizar que medidas sanitárias infundadas serão anuladas na OMC, o panorama para os exportadores brasileiros mostra-se atribulado no curto prazo. A União Europeia recentemente restringiu a entrada do produto valendo-se de critérios incoerentes de defesa da saúde pública.

Os embarques de carne de frango fresca para a União Europeia são compostos, majoritariamente, de peitos da ave com adição de sal não superior a 2% – insumos para a indústria alimentícia. Outro processo brasileiro na OMC permitiu que cortes assim especificados entrassem na região, desde que respeitado limite de 170 mil toneladas. Corte semelhante, dessalgado mas usado para o mesmo fim, está sujeito a cota de 14 mil toneladas. A barreira utilizada pela divisão de segurança alimentar da União Europeia diz respeito à presença de salmonela no produto. No caso dos cortes submetidos a cota mais restritiva (sem sal), apenas dois tipos da bactéria não são tolerados. No caso dos cortes salgados, nenhuma variante é aceita. As restrições ocorreram a partir da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. As autoridades europeias não apresentaram, entretanto, fundamentação científica para o tratamento diferenciado aos produtos.

O protecionismo se reflete, de modo bem pouco sofisticado, nas longevas negociações do tratado entre União Europeia e Mercosul. Se deste lado do Atlântico clamores de desindustrialização são apregoados, do outro lado o temor da competição agropecuária une membros fundadores do bloco e economias admitidas neste século. Tradicionais mecanismos de entrave ao mercado, como cotas e linhas tarifárias, combinados com opacos critérios ambientais, sanitários e de bem-estar animal, têm sido advogados não só por signatários mais recentes, como a Eslováquia, a Eslovênia e a Romênia (ingressados em 2007), mas também por França e Bélgica, que fazem parte do grupo de seis membros originais.

As disputas na OMC têm custos não desprezíveis, mas as decisões terminam por influenciar políticas de longo prazo, ao enfraquecer instrumentos protecionistas. Esse aspecto instrutivo dos processos seria mais eficaz caso os julgamentos fossem mais céleres. Ainda assim, a experiência acumulada do setor avícola sobre os trâmites e prazos da organização o credencia a continuar a competir em qualquer mercado.

O transporte marítimo de cargas entre Brasil e Chile foi parcialmente liberado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). Um acordo vigente desde 1974 prevê que a movimentação de cargas seja efetuada apenas por embarcações com bandeiras desses dois países. A Camex decidiu que esse acordo expirará em 2020. Até lá, provisoriamente, o órgão permitiu que o trânsito de mercadorias fora de contêineres seja realizado por navios de outras bandeiras. De acordo com estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada no ano passado, a restrição normativa encarece o valor do transporte de contêineres entre 20% e 40%. Autorizações excepcionais para contratação de fretamento, fora das condições do acordo, estavam a ser concedidas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a partir de apreciação individual de cada pedido efetuado. A resolução da Camex elimina essa burocracia, e a licença geral da Antaq será válida por um ano.

Há 4.521 embarcações registradas na marinha mercante brasileira, de todas as especificações, segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês). O Chile conta com 987. Essa organização dispõe de dois índices, que mensuram a integração de um país às principais linhas marítimas de comércio e a capacidade de conexão entre dois países. A conectividade brasileira às mais importantes rotas é, em 2017, 37,98% melhor do que a de 2004, ano-base da pesquisa. No mesmo período, a integração chilena ao comércio marítimo mundial apresentou incremento de 167,1%. Já a ligação Brasil-Chile avançou 1,73% entre 2006 e 2016, mais antigo e mais recente índices tornados disponíveis pela UNCTAD. No mesmo período, a título de ilustração, o valor da corrente de comércio marítimo entre os dois países cresceu 18,27%, enquanto seu volume variou 44,05%.

Em 2016, o Chile foi o sétimo principal destino das exportações brasileiras. O valor das exportações alcançou US\$ 4,08 bilhões. Os óleos brutos de petróleo foram os principais produtos dessa pauta, responsáveis por mais de um quarto do montante. Houve ainda participações relevantes de carne bovina, tratores rodoviários, automóveis, chassis para automóveis, ônibus e caminhões, açúcar e cortes congelados de carne de frango. A via marítima respondeu por 54,96% desse valor, a rodoviária por 38,49%, e a aérea por 6,41%.

Naquele ano, as importações amontaram US\$ 2,88 bilhões, sendo que as mercadorias entrantes mais relevantes foram cátodos, fios e sulfetos de cobre, salmão, vinhos, cloretos de potássio, metanol, maçãs e caixas de marchas. As que chegaram ao País por transporte marítimo equivaleram a 62,47% do montante total. A via rodoviária respondeu por 36,14% e a aérea por 1,11%. A considerar-se a corrente de comércio global, a via marítima foi responsável por 80,36% das exportações e 71,02% das importações.

Em 2017, informações até novembro disponibilizadas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), mostraram que esses fluxos comerciais se intensificaram. Contabilizados os dados desses onze meses, as exportações haviam chegado a US\$ 4,52 bilhões (59,72% desse montante negociado por via marítima) e as importações a US\$ 3,89 bilhões (66,69% através do modal em questão). Os portos mais utilizados nessa corrente são os de Santos (participação de 21,45%), São Francisco do Sul (20,83%), e Salvador (12,18%). As composições das pautas de entrada e saída não foram alteradas significativamente.

Uma das economias mais abertas do mundo, o Chile possui 26 acordos comerciais válidos. Dentre estes, destacam-se o firmado com a União Europeia há 15 anos (atualmente em processo de revisão), a formação do bloco denominado Aliança do Pacífico, com México, Peru, Colômbia e

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Costa Rica, e sua inclusão na Trans-Pacific Partnership (TPP). Mercosul e Chile firmaram tratado comercial em 1996 e a burocracia entre as partes, estabelecida por protocolos adicionais, mostrou-se mais ágil do que em acordos congêneres, em boa medida porque os Estados partícipes fazem parte da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e contaram com um arcabouço jurídico que evolui desde 1960, quando da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). A Aladi substituiu a Alalc a partir de 1980.

O montante aferido na corrente comercial de mercadorias de um país como proporção de seu produto interno bruto (PIB), métrica de grau de abertura comercial do Banco Mundial, indica que essa relação alcançou 48,34% no Chile em 2016. Nesse mesmo ano, essa razão chegou a 18,3% no Brasil. A série de dados da instituição, iniciada em 1960, revela que o comércio internacional brasileiro jamais representou mais do que 24,37% de seu PIB anual, o que ocorreu em 2004.

A conjuntura do transporte marítimo pressiona pela abertura. As importações chinesas de minério de ferro e carvão elevaram os custos dos fretes de graneis sólidos em embarcações de grande porte (*capsize*), comprimiram a rentabilidade da exportação de grãos e tendem a elevar preços de fertilizantes, preponderantemente importados. O valor dos fretes alcançou patamar inédito desde 2013, e esse encarecimento estendeu-se aos navios de médio porte. O quadriênio de baixas tarifas de transporte desestimulou a ampliação das frotas, o que limitou as opções disponíveis em período de reaquecimento de demanda.

O custo do frete é um elemento importante na competitividade dos produtos brasileiros no mercado chileno. O fim da reserva de mercado permitirá aos exportadores escolherem embarcações mais apropriadas às características da carga, bem como realizarem contratos mais flexíveis, vinculando-os ou não ao transporte para outros destinos. O anacrônico tratado, que se prevê extinto ao final da década, tem sido um empecilho à intensificação do comércio com o Chile. Infelizmente, esse é apenas um dos resquícios burocráticos que, a despeito de desafiarem qualquer lógica econômica, ainda fantasmagorizam a abertura comercial do País.

Estabelecida pela Lei Kandir em 1996, a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre bens primários e semielaborados pressupunha compensação aos estados através de regras complementares, que jamais foram editadas. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente, no final de novembro de 2016, ação que contestou a cobrança, movida pelo Pará. Processos similares chegaram à corte, iniciativas de 15 outros estados. O STF determinou que o Congresso deveria promulgar lei que determinasse montante e forma de ressarcimento às unidades da federação em até doze meses. Na ausência dessa, caberia ao Tribunal de Contas da União (TCU) a formulação das compensações.

Duas propostas de compensação pelas perdas de arrecadação geradas pela Lei Kandir tramitam no Congresso com o intuito de cumprir o prazo estipulado. A mais avançada delas é uma proposta de emenda constitucional (PEC 37/2007) em que a Lei é anulada. A PEC foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e seguiu para o Plenário, onde são necessários três quintos dos votos para sua aprovação. A partir de então a PEC seria encaminhada para a Câmara. Ressalte-se que não cabe veto presidencial a propostas de emenda à Constituição.

Paralelamente, comissão especial da Câmara dos Deputados, baseada em cálculos do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), aprovou texto de Projeto de Lei Complementar (PLP) que define mecanismo anual de compensação. A matéria estabelece cronograma para essa reparação, sendo que o montante entregue aos estados seria de R\$ 19,5 bilhões em 2019, R\$ 29,25 bilhões em 2020 e chegaria a R\$ 39 bilhões em 2021. Manter-se-ia nesse patamar a partir de então, com reajustes anuais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O PLP foi além e previu ressarcimento da União aos estados pela desoneração – e consequente queda de arrecadação de ICMS – desde sua vigência. O texto prevê que também caberá ao Confaz o cômputo dessa restituição, a ser paga a partir de 2019.

A proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda aos estados é de tornar fixas a transferência compensatória de R\$ 1,9 bilhão e a transferência voluntária de igual monta, realizada sob a rubrica do Auxílio Financeiro de Fomento às Exportações. A emenda constitucional 42, de 2003, desobrigou a União de realizar compensações a partir de 2006. Elas se tornaram discricionárias, acordadas anualmente quando da votação do orçamento e frequentemente repassadas com atraso (tabela 1). Apesar de inúmeros projetos que versaram sobre o tema desde então, lei complementar que disciplinaria essas transferências jamais foi levada a termo. O argumento de que a matéria seria contemplada no bojo de uma reforma tributária que reformaria o ICMS foi frequentemente utilizado.

A simples perspectiva de que exportações voltem a ser taxadas revela o grau de desequilíbrio fiscal que atinge a maior parte das unidades da federação, que pressionam por recursos de toda forma. A proposta da comissão especial da Câmara, ao prever reparação por duas décadas de desoneração, parece dissociada da realidade. Não há qualquer expectativa de que essa legislatura, afinal, defenda o Tesouro. Têm sido indefinidamente proteladas a reforma previdenciária, mesmo em sua forma menos eficaz, e a recomposição da tributação da folha de pagamentos. Entrementes, outro Refis e benevolentes condições para renegociação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) foram aprovados nas duas casas do Congresso, a despeito de objeções fundamentadas por parte da Receita Federal.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

TABELA 1 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO A ESTADOS E MUNICÍPIOS -
 COMPENSAÇÕES À DESONERAÇÃO DE ICMS PROMOVIDA PELA LEI
 COMPLEMENTAR 87/96 - OUTUBRO DE 1996 - NOVEMBRO DE 2017

ANO	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO (Em R\$)	
	Estados	Municípios
1996	410.826.513,24	134.604.813,44
1997	1.216.268.677,20	406.477.852,69
1998	1.379.961.779,44	459.871.608,79
1999	2.249.346.704,14	969.220.739,21
2000	2.436.223.789,70	810.545.322,90
2001	2.289.355.966,32	756.108.782,07
2002	2.526.602.224,66	834.734.683,38
2003	2.424.731.600,36	864.085.504,77
2004	2.173.350.444,72	717.999.156,69
2005	2.173.350.444,72	717.795.299,06
2006	1.246.480.402,87	411.381.387,59
2007	1.222.137.373,53	402.992.850,24
2008	1.197.647.700,21	394.917.579,07
2009	1.173.158.026,44	386.842.243,74
2010	1.173.158.026,44	386.842.243,28
2011	1.173.158.026,44	386.842.239,76
2012	1.173.158.026,44	386.842.235,48
2013	1.173.158.025,96	386.842.174,04
2014	1.173.158.026,44	386.842.243,52
2015	1.173.158.025,96	386.842.175,34
2016	1.173.158.026,44	386.842.242,96
2017	1.075.394.857,57	354.605.391,02

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional

NOTAS: Valores correntes.

Inclui deduções de 15% para o FUNDEF entre 1999 e 2006 e deduções para o FUNDEB de 16,66% em 2007, 18,33% em 2008 e de 20% desde 2009.

Elaborado pelo IPARDES.

Sem surpresa, todas as entidades representativas do setor agropecuário manifestaram sua objeção a essas tentativas de reinstaurar a cobrança de ICMS. Vêem-se como vítimas de governos incapazes de gerir gastos e dívidas.

Enquanto nenhuma mudança é promulgada, o Executivo sancionou a Lei 13.572, que distribuirá R\$ 1,91 bilhão aos entes federados em dezembro (75% a estados e 25% a municípios). Do montante repassado serão descontados débitos pendentes com a União, inclusive dívidas nas quais ela foi avalista. Os municípios receberão os recursos de acordo com o coeficiente utilizado para os repasses do ICMS em 2017. Da parte que cabe aos estados, o Paraná receberá 7,58955%.

AGROINDÚSTRIA

Frimesa construirá frigorífico em Assis Chateaubriand

A Cooperativa Central Frimesa, sediada em Medianeira (Região Oeste Paranaense), alocará aproximadamente R\$ 600 milhões na construção de frigorífico de carne suína, capaz de abater mil animais por hora. Será implantado em Assis Chateaubriand, município da mesma região, e ocupará área estimada em 141 mil metros quadrados. Duas expansões de capacidade de abate já estão programadas, para os anos de 2024, quando planeja-se investir outros R\$ 350 milhões, e 2030. Presentemente, a Frimesa abate 6,5 mil suínos diariamente em sua unidade de Medianeira.

A cooperativa possui, ainda, quatro unidades de processamento de leite, que reunidas recebem cerca de 655 mil litros por dia. Seu leque de produtos reúne mais de 400 itens.

TOSI, Marcos. Frimesa anuncia início das obras do maior frigorífico da América Latina. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 9 out. 2017. Agronegócio. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/pecuaria/frimesa-inicia-hoje-obras-do-maior-frigorifico-do-brasil-8hxx2k9qiu070kfdvr7sx6mi9>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Grupo Guerra firma parceria com RAGT

Sediado em Pato Branco, na Região Sudoeste Paranaense, o Grupo Guerra firmou parceria com a desenvolvedora de sementes RAGT, de capital francês. O primeiro laboratório dessa união foi construído naquele município, com investimento de R\$ 75 milhões, e o segundo será erguido em Rio Verde (GO). Guerra e RAGT terão partes iguais dessa empresa, a Guerra Melhoria Genética do Brasil. Os laboratórios produzirão sementes – de milho e trigo – específicas para os microclimas brasileiros. Estima-se que os produtos sejam distribuídos a partir da próxima safra.

RAMOS, Camila Souza. Guerra faz parceria na área de sementes. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 out. 2017. Empresas, p.B9.

COMÉRCIO

Rede de Supermercados Condor investirá R\$ 200 milhões em 2018

A rede de supermercados Condor planeja inaugurar três novos estabelecimentos em 2018, dois deles no Paraná e um em Santa Catarina. A construção dessas unidades e a implantação de painéis fotovoltaicos em todas as 44 lojas demandarão, ao longo do próximo ano, aproximadamente R\$ 200 milhões.

A rede estima que o faturamento deste ano alcance R\$ 4 bilhões, similar ao do ano passado.

FRIAS, Maria Cristina. Sol no Sul. *Folha de S. Paulo*, 28 set. 2017. p.A17.

Walmart extingue marcas e reforma 120 estabelecimentos

A rede de supermercados e hipermercados Walmart extinguiu três das nove bandeiras que controla no Brasil (Bom Preço, Mercadorama e Nacional). As unidades que utilizavam essas marcas passarão a funcionar sob o nome Walmart Supermercados. A companhia estima que a reforma de cada estabelecimento demandará aproximadamente R\$ 4 milhões. A empresa fechou dez unidades e abriu duas no ano corrente. Em 2016, decidiu transformar os hipermercados Big e Bompreço em pontos sob a bandeira Walmart.

A rede de capital estadunidense planeja que as reformas dos supermercados e hipermercados, 250 ao todo, estejam concluídas até 2021.

MATTOS, Adriana. Walmart muda lojas e troca marca de três redes. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 out. 2017. Empresas, p.B1.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/09/2017 a 31/10/2017.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

INDÚSTRIA

Masisa vende complexos brasileiros para Arauco

Indústria de capital chileno, a Masisa vendeu seus complexos localizados em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense) e em Montenegro (RS) para a Arauco, em transação avaliada em US\$ 102,8 milhões, dívidas inclusas. Companhia também originária do Chile, a Arauco possui três unidades no Paraná. Sua planta em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) supre com resinas melamínicas as fábricas de painéis de madeira localizadas em Piên, na mesma região, e em Jaguariaíva (Centro-Oriental Paranaense).

As unidades da Arauco possuem capacidade de produzir, anualmente, 1,3 milhão de metros cúbicos de painéis. As plantas adquiridas da Masisa são capazes de gerar 800 mil metros cúbicos de painéis e 660 mil metros cúbicos de revestimento melamínico.

FONTES, Stella. Arauco compra operação brasileira da Masisa por US\$ 102,8 bilhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 set. 2017. Empresas, p. B4.

La Violetera moderniza instalações

Indústria de alimentos estabelecida em Curitiba, La Violetera investiu R\$ 7 milhões na modernização de suas instalações. A companhia estima que sua receita anual apresentará crescimento de 10% em 2017. Os alimentos em conserva são responsáveis por 49% dessa, e as vendas de frutas secas por 30%. Azeites, molhos e demais produtos respondem pelos demais 21%. A empresa planeja diversificar as combinações de frutas secas e sementes que comercializa. Maior importadora brasileira de produtos do gênero, La Violetera também fornece frutas secas para hipermercados que dispõem de marcas próprias.

BOUÇAS, Cibelle. La Violetera vai disputar área de 'snacks' saudáveis. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 out. 2017. Empresas, p.B9.

SERVIÇOS

Estatual Chinesa adquire controle do terminal de contêineres de Paranaguá

O controle do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) foi adquirido pela China Merchants Port Holding (CMPort), estatal chinesa. A companhia adquiriu a participação do fundo estadunidense Advent e das empresas Galigrain e TCB, de capital espanhol. Dessa forma, passou a deter 90% do terminal. Três partes que fundaram o TCP em 1998 – Pattac, Soifer e TUC – mantiveram os restantes 10%. Estimado em R\$ 3,2 bilhões em ações e R\$ 900 milhões em absorção de dívidas, o negócio depende de aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Terceiro maior terminal do gênero no País, o complexo de Paranaguá é capaz de movimentar, anualmente, 1,5 milhão de Teus (unidade padrão de contêineres, com cerca de 6 metros). Essa capacidade deverá ser expandida para 2,5 milhões de Teus até 2019, contrapartida à renovação do contrato de arrendamento com a Secretaria Nacional de Portos. No ano passado, o contrato que expiraria em 2023 foi prolongado até 2048. A CMPort estuda investimentos adicionais na região, que lhe permitam movimentar graneis sólidos e líquidos.

SCARAMUZZO, Mônica. Terminal de Paranaguá é vendido por R\$ 2,9 bi. *O Estado de S. Paulo*, 4 set. 2017. Economia, p. B9.

PIRES, Fernanda. China Port paga R\$ 2,9 bilhões por 90% do TCP e chega ao Brasil. *Valor Econômico*, São Paulo, 4 set. 2017. Empresas, p. B1.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1984-2017

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016 ⁽¹⁾	26 010	117 106	4 502	30 400	777 033	25 560	46 200	65 283	1 413
2017 ⁽¹⁾	25 094	165 951	6 613	33 684	930 075	27 612	46 111	71 985	1 561

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016 ⁽¹⁾	663 483	47 445 019	71 509	42 390	207 312	4 891	393 685	593 348	1 507
2017 ⁽¹⁾	645 353	45 791 401	70 956	51 203	156 316	3 053	447 591	714 705	1 597

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1984-2017

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015	76 586	180 378	2 355	143 034	3 958 983	27 679	2 465 012	16 223 473	6 581
2016 ⁽¹⁾	73 696	147 991	2 008	132 413	3 633 430	27 440	2 619 319	13 489 032	5 150
2017 ⁽¹⁾	74 965	187 897	2 506	125 716	3 143 684	25 006	2 927 163	18 312 247	6 256

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015	5 246 532	17 262 381	3 290	4 445	265 674	59 769	1 336 739	3 318 802	2 483
2016 ⁽¹⁾	5 453 487	16 852 229	3 090	4 336	245 666	56 657	1 091 245	3 447 429	3 159
2017 ⁽¹⁾	5 271 629	19 817 679	3 759	4 287	257 977	60 176	961 054	2 247 246	2 338

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2017

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014	3 651 564	336 966	611 183
2015	3 994 430	300 325	676 257
2016 ⁽¹⁾	4 094 522	290 105	777 745
Janeiro	333 554	23 448	57 883
Fevereiro	322 393	22 453	60 510
Março	360 057	25 382	66 208
Abril	348 437	22 938	64 690
Maio	355 399	22 216	63 331
Junho	362 652	24 798	65 410
Julho	339 015	21 999	62 937
Agosto	353 048	23 737	68 680
Setembro	324 808	25 211	68 547
Outubro	327 917	24 978	66 290
Novembro	330 341	24 122	66 027
Dezembro	342 102	28 822	67 233
2017 ⁽¹⁾	3 191 699	221 838	609 051
Janeiro	355 392	21 974	64 081
Fevereiro	319 577	20 276	59 692
Março	376 761	24 563	62 954
Abril	329 501	22 382	58 086
Maio	379 711	26 533	76 080
Junho	347 715	25 667	73 421
Julho	354 006	26 087	70 988
Agosto	381 812	27 849	74 245
Setembro	347 224	26 508	69 504

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2017

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
2016 ⁽¹⁾	7 208 746	47,52	1 948 753	12,85	5 922 066	39,04	91 535	0,60	15 171 100
Janeiro	443 582	50,92	95 671	10,98	324 215	37,22	7 724	0,89	871 191
Fevereiro	506 985	50,55	54 316	5,42	435 809	43,45	5 805	0,58	1 002 915
Março	903 242	60,61	104 723	7,03	473 748	31,79	8 454	0,57	1 490 167
Abril	935 222	62,38	85 062	5,67	468 777	31,27	10 153	0,67	1 499 214
Maio	810 823	53,56	171 633	11,34	522 521	34,52	8 807	0,58	1 513 784
Junho	738 827	49,60	219 489	14,74	521 347	35,00	9 793	0,66	1 489 456
Julho	745 730	53,96	174 600	12,63	454 100	32,86	7 511	0,54	1 381 941
Agosto	510 060	37,85	278 356	20,65	556 155	41,27	3 150	0,23	1 347 721
Setembro	480 831	38,47	236 993	18,96	525 068	42,01	7 077	0,57	1 249 969
Outubro	397 900	37,96	166 048	15,84	478 834	45,69	5 320	0,51	1 048 103
Novembro	304 334	29,64	167 471	16,31	549 262	53,48	5 984	0,58	1 027 051
Dezembro	431 212	34,51	194 390	15,56	612 230	48,99	11 756	0,94	1 249 589
2017 ⁽¹⁾	8 665 702	47,92	2 434 841	13,47	6 863 735	37,96	118 115	0,65	18 082 394
Janeiro	415 581	43,05	122 864	12,73	416 266	43,12	10 549	1,09	965 261
Fevereiro	542 994	45,48	132 400	11,09	510 482	42,76	8 042	0,67	1 193 919
Março	1 066 408	58,57	142 549	7,83	597 570	32,82	14 138	0,78	1 820 665
Abril	860 083	55,96	145 096	9,44	523 173	34,04	8 584	0,56	1 536 936
Maio	863 277	48,87	314 107	17,78	575 699	32,59	13 482	0,76	1 766 565
Junho	862 392	48,58	244 406	13,77	656 823	37,00	11 564	0,65	1 775 185
Julho	806 840	48,46	257 639	15,47	589 888	35,43	10 678	0,64	1 665 045
Agosto	814 832	48,40	275 517	16,37	581 237	34,52	11 953	0,71	1 683 539
Setembro	769 960	49,94	228 479	14,82	537 861	34,89	5 512	0,36	1 541 811
Outubro	630 695	43,81	209 173	14,53	591 944	41,12	7 655	0,53	1 439 466
Novembro	567 862	41,54	193 835	14,18	596 525	43,67	8 434	0,62	1 367 056

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1995-2017

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 175 844	13 956 957	218 887	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 145	19 345 381	- 1 106 236	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
2016 ⁽¹⁾	15 171 100	11 092 307	4 078 792	185 235 401	137 552 003	47 683 398
Janeiro	871 191	737 597	133 594	11 237 669	10 322 638	915 031
Fevereiro	1 002 915	767 287	235 628	13 342 876	10 301 098	3 041 779
Março	1 490 167	930 172	559 994	15 991 810	11 560 718	4 431 092
Abril	1 499 214	852 267	646 947	15 371 763	10 509 742	4 862 022
Maio	1 513 784	827 565	686 219	17 568 725	11 136 159	6 432 566
Junho	1 489 456	972 365	517 090	16 738 067	12 769 487	3 968 580
Julho	1 381 941	1 023 103	358 838	16 328 248	11 752 696	4 575 510
Agosto	1 347 721	1 058 556	289 165	16 986 462	12 848 450	4 138 013
Setembro	1 249 969	1 041 253	208 716	15 800 120	11 987 439	3 812 681
Outubro	1 048 174	981 236	66 867	13 713 132	11 375 442	2 337 690
Novembro	1 027 103	942 487	84 564	16 215 928	11 462 653	4 753 275
Dezembro	1 249 589	958 419	291 170	15 940 641	11 525 482	4 415 159
2017 ⁽¹⁾	18 082 394	11 518 546	6 563 848	217 739 177	150 749 453	66 989 724
Janeiro	965 261	958 910	6 351	14 908 251	12 197 812	2 710 439
Fevereiro	1 193 919	851 184	342 735	15 468 687	10 913 268	4 555 419
Março	1 820 665	995 778	824 886	20 073 934	12 937 669	7 136 265
Abril	1 536 936	847 968	688 967	17 679 826	10 716 652	6 963 174
Maio	1 766 565	951 750	814 815	19 789 992	12 129 011	7 660 980
Junho	1 775 185	953 494	821 691	19 779 118	12 595 230	7 183 888
Julho	1 665 045	948 856	716 189	18 758 762	12 473 402	6 285 359
Agosto	1 683 539	1 064 318	619 221	19 470 945	13 879 229	5 591 716
Setembro	1 541 811	1 139 586	402 225	18 659 332	13 488 324	5 171 008
Outubro	1 439 466	972 743	466 723	18 871 943	13 678 840	5 193 104
Novembro	1 367 056	953 231	413 825	16 683 104	13 142 503	3 540 601

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PREÇO, DE QUANTUM E DE TERMOS DE TROCA - PARANÁ - 1997-2016

PERÍODO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		TERMOS DE TROCA
	Índice de Preço	Índice de Quantum	Índice de Preço	Índice de Quantum	
1997	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1998	84,7	102,8	94,2	130,2	89,9
1999	71,6	113,2	91,7	122,0	78,1
2000	71,7	126,3	91,7	154,6	78,2
2001	70,6	155,3	87,4	170,7	80,8
2002	68,1	172,6	88,4	114,1	77,0
2003	72,1	204,7	99,0	106,6	72,8
2004	81,5	238,0	106,2	114,8	76,7
2005	82,4	251,0	118,8	115,4	69,4
2006	87,5	236,1	126,2	143,4	69,3
2007	98,9	257,6	134,6	202,8	73,5
2008	125,9	249,8	179,2	246,1	70,3
2009	112,5	205,7	150,7	193,2	74,7
2010	122,6	238,7	156,0	270,8	78,6
2011	144,7	248,1	179,7	316,0	80,5
2012	143,6	254,6	178,5	328,6	80,4
2013	143,2	263,0	175,6	333,4	81,5
2014	136,2	247,6	170,2	307,5	80,0
2015	113,9	270,3	153,1	246,1	74,4
2016	107,6	291,1	145,4	230,9	74,0

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base fixa: 1997=100

Elaborado com dados brutos da SECEX-MDIC.

Utilizou-se índices de Fisher.

TABELA 6 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2017

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2014 = 100)																			
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Jan./16	Fev./16	Mar.16
Combustíveis e lubrificantes	72,1	74,0	86,7	92,4	95,9	93,9	78,4	80,5	82,3	81,5	81,9	78,6	84,9	95,0	100,0	96,8	87,9	87,7	85,8	85,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	65,6	64,1	60,4	58,4	65,1	60,5	64,2	68,4	71,0	74,2	78,4	83,1	91,6	97,0	100,0	98,7	96,9	100,7	94,3	98,6
Hipermercados e supermercados	65,5	64,4	60,9	58,9	65,7	60,6	64,2	68,4	70,9	74,1	78,2	82,8	91,6	96,9	100,0	98,8	97,5	101,7	95,0	99,3
Tecidos, vestuário e calçados	84,3	85,2	75,0	78,3	84,0	84,8	83,5	87,9	91,8	91,3	95,7	94,0	99,8	99,9	100,0	90,1	84,5	69,3	61,5	72,0
Móveis e eletrodomésticos	34,4	32,9	32,3	34,5	44,7	50,5	54,9	61,7	67,8	68,1	79,0	92,3	99,0	103,3	100,0	88,4	77,6	84,3	74,7	75,7
Móveis	103,0	110,5	106,4	100,0	82,3	75,7	87,0	73,0	74,9
Eletrodomésticos	84,6	92,4	101,9	100,0	92,2	78,8	82,6	75,9	76,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	29,6	32,6	34,6	36,6	41,6	51,3	61,2	71,3	86,0	95,4	100,0	105,3	103,9	100,6	89,4	112,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	84,3	84,3	81,2	84,6	96,1	105,6	122,0	119,3	115,3	125,1	100,0	87,2	71,0	99,5	94,4	76,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,0	15,9	24,1	31,0	61,7	98,3	134,5	141,0	130,3	120,3	100,0	98,3	81,6	80,5	78,1	83,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	29,7	33,9	39,4	43,0	50,6	56,1	65,1	71,0	85,6	93,3	100,0	97,6	86,2	78,8	68,3	80,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	52,7	52,2	51,8	52,3	58,2	57,6	59,3	63,5	68,0	71,5	78,1	83,6	91,9	97,7	100,0	96,8	91,8	92,6	85,8	91,1

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2014 = 100)																			
	Abr./16	Maio/16	Jun./16	Jul./16	Ago./16	Set./16	Out./16	Nov./16	Dez./16	2017	Jan./17	Fev./17	Mar./17	Abr./17	Maio/17	Jun./17	Jul./17	Ago./17	Set./17	Out./17
Combustíveis e lubrificantes	86,7	88,9	89,6	92,9	91,5	86,5	85,7	84,8	89,6	103,5	94,8	92,9	108,2	102,2	106,4	106,2	113,7	106,5	100,8	103,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	94,4	90,1	90,0	94,6	91,7	93,9	96,2	96,0	122,4	97,2	101,0	93,2	98,6	98,3	91,2	92,7	96,6	100,0	103,9	96,8
Hipermercados e supermercados	95,0	90,4	90,3	95,0	92,0	94,5	96,7	96,7	123,7	92,5	97,7	89,3	92,7	94,2	86,6	88,1	91,6	94,7	98,6	91,7
Tecidos, vestuário e calçados	82,0	100,5	89,7	79,1	83,0	70,1	76,9	80,3	149,7	74,9	66,1	60,0	72,5	81,6	86,6	85,3	79,4	76,1	74,1	67,7
Móveis e eletrodomésticos	72,1	78,9	71,7	71,2	71,3	66,3	72,9	86,1	106,2	72,8	78,3	64,3	76,0	65,2	76,5	71,5	74,3	74,3	72,2	75,1
Móveis	72,9	78,6	69,7	69,6	68,6	65,1	69,7	79,7	100,0	56,4	59,8	44,2	52,7	55,6	61,3	57,2	58,8	58,5	56,9	59,0
Eletrodomésticos	71,6	79,2	72,9	72,2	73,1	67,1	74,9	90,1	110,2	79,0	51,9	69,4	81,4	72,5	87,9	82,3	86,2	86,4	84,3	87,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	101,8	104,2	101,6	104,9	103,8	100,5	104,0	106,5	117,2	101,9	95,2	88,3	111,4	98,3	106,6	101,9	103,1	106,1	105,8	101,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	66,7	62,4	60,5	63,9	69,4	61,6	44,1	44,4	108,9	61,3	84,2	70,2	67,6	60,6	57,8	54,7	52,4	59,3	49,9	56,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	75,3	74,9	80,7	81,1	82,8	79,5	80,1	87,1	95,0	94,7	32,1	91,2	110,6	100,0	115,9	106,6	99,3	100,4	94,6	95,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	77,3	84,3	81,7	78,7	77,7	72,7	90,3	94,9	149,9	80,3	77,5	66,1	74,8	84,8	80,9	82,3	83,2	83,6	81,7	88,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	88,6	89,7	87,8	89,6	88,2	86,4	90,0	92,1	119,5	92,4	91,3	84,7	94,4	92,7	92	91,6	94,5	95,1	95,4	92,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2004-2017

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																		
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16	Mai./16	Jun./16
Indústria de transformação	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	113,4	100,0	103,0	97,7	89,1	85,2	71,8	74,8	86,0	85,0	83,8	89,1
Produtos alimentícios	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	104,7	100,0	102,4	96,7	94,3	98,8	71,0	77,0	100,9	104,4	100,6	106,6
Bebidas	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	106,6	100,0	99,7	104,5	113,9	119,4	126,5	121,6	128,9	114,8	90,9	95,4
Produtos de madeira	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	92,4	100,0	117,3	120,9	119,8	124,7	115,2	109,7	128,4	125,1	129,0	127,7
Celulose, papel e produtos de papel	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	109,5	100,0	98,8	103,1	112,9	112,7	102,1	104,8	110,8	108,1	103,5	111,5
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	104,5	100,0	97,0	100,7	96,1	81,4	85,0	76,6	80,7	88,4	87,4	89,6
Outros produtos químicos	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	117,2	100,0	103,0	101,5	98,2	89,6	87,9	89,4	75,2	64,6	83,0	102,1
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	108,0	97,8	95,1	86,3	90,6	99,7	95,1	95,5	101,5
Minerais não metálicos	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	111,3	100,0	110,5	111,5	89,8	73,1	74,0	76,8	78,8	78,4	70,8	73,0
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	105,7	100,0	98,4	96,5	87,3	77,5	66,3	73,6	80,9	71,3	82,5	84,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	97,2	100,0	104,1	106,1	99,6	93,2	78,2	78,7	99,0	100,2	102,0	101,5
Máquinas e equipamentos	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	115,1	100,0	112,6	98,1	89,8	93,2	51,1	54,6	85,8	67,8	77,5	93,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	126,5	100,0	103,8	82,5	55,5	51,7	34,9	48,9	54,4	53,3	47,0	51,6
Móveis	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	103,2	100,0	101,4	94,0	76,2	66,9	69,9	72,5	73,9	67,1	67,0	61,1

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																
	Jul./16	Ago./16	Set./16	Out./16	Nov./16	Dez./16	2017	Jan./17	Fev./17	Mar./17	Abr./17	Mai./17	Jun./17	Jul./17	Ago./17	Set./17	Out./17
Indústria de transformação	93,3	91,0	86,1	90,8	91,2	79,4	89,4	77,3	79,2	91,2	81,3	91,3	90,2	96,2	98,8	93,7	94,5
Produtos alimentícios	113,3	107,7	106,3	108,3	103,5	85,5	99,3	82,5	83,9	93,3	90,3	104,8	105,0	115,6	111,9	108,2	97,9
Bebidas	94,3	133,3	126,9	133,5	127,4	138,7	119,5	129,1	117,2	136,6	91,4	116,3	100,9	123,9	121,7	123,1	134,9
Produtos de madeira	125,6	135,8	134,3	131,7	130,9	102,6	128,6	120,6	109,5	136,6	124,5	131,8	118,9	123,7	137,8	139,9	143,1
Celulose, papel e produtos de papel	123,9	116,3	115,0	112,8	124,4	119,7	113,4	100,3	98,5	111,6	103,1	102,2	113,5	129,0	128,5	123,1	124,3
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	89,2	69,6	66,1	91,3	82,3	70,5	79,3	69,3	66,5	80,4	79,0	75,8	83,6	93,9	79,4	74,9	90,0
Outros produtos químicos	99,9	107,4	112,0	91,2	81,2	81,4	86,7	87,0	70,3	66,7	61,3	81,5	91,1	98,4	117,4	106,9	86,1
Produtos de borracha e de material plástico	99,2	109,3	93,5	95,7	91,7	82,7	102,3	91,7	91,7	102,5	95,6	108,5	103,0	103,2	114,6	103,8	108,0
Minerais não metálicos	79,0	77,8	60,7	67,6	75,8	64,2	80,3	66,6	70,3	82,2	73,1	84,9	75,4	90,4	92,1	85,4	83,0
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	79,1	83,8	78,6	78,7	78,9	72,0	77,9	77,1	76,7	84,8	70,2	78,6	75,6	77,6	81,5	76,6	80,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	88,4	108,2	88,5	99,5	94,0	79,9	88,7	79,8	81,5	100,6	81,2	81,2	87,6	87,1	104,4	89,4	93,7
Máquinas e equipamentos	103,4	121,3	118,3	109,9	125,8	114,9	130,8	106,7	135,3	148,6	117,5	141,2	132,3	132,4	143,3	118,0	132,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	63,1	57,6	48,5	50,2	60,8	49,7	60,1	46,3	54,2	67,8	53,3	67,6	58,0	51,6	67,6	69,3	65,6
Móveis	59,0	67,1	64,6	65,9	72,6	62,3	68,1	59,6	62,7	68,7	61,3	68,7	64,0	71,1	74,5	72,0	78,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 8 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2017

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	2 178	5,6
Abril-junho 2012	2 125	5,3
Julho-setembro 2012	2 194	4,6
Outubro-dezembro 2012	2 149	4,3
Janeiro-março 2013	2 212	4,9
Abril-junho 2013	2 205	4,5
Julho-setembro 2013	2 255	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 249	3,7
Janeiro-março 2014	2 285	4,1
Abril-junho 2014	2 256	4,1
Julho-setembro 2014	2 270	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 334	3,7
Janeiro-março 2015	2 327	5,3
Abril-junho 2015	2 273	6,2
Julho-setembro 2015	2 265	6,1
Outubro-dezembro 2015	2 188	5,8
Janeiro-março 2016	2 152	8,1
Abril-junho 2016	2 138	8,2
Julho-setembro 2016	2 184	8,5
Outubro-dezembro 2016	2 240	8,1
Janeiro-março 2017	2 224	10,3
Abril-junho 2017	2 176	8,9
Julho-setembro 2017	2 208	8,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de agosto de 2017.

TABELA 9 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2017

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
2016	- 24 729	-14 790	- 7 234	- 11 463	- 1 612	-	- 59 828
Jan. - Out. 2017	17 157	- 1 534	2 394	14 968	1 837	-	34 822

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 10 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2016

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽²⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽³⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽³⁾	Variação Real (%)
2002	88 236	-	1 488 787	-
2003	110 039	4,0	1 717 950	1,1
2004	123 452	5,4	1 957 751	5,8
2005	127 465	0,6	2 170 585	3,2
2006	137 648	1,9	2 409 450	4,0
2007	165 209	7,2	2 720 263	6,1
2008	185 684	4,0	3 109 803	5,1
2009	196 676	- 1,7	3 333 039	- 0,1
2010	225 205	9,9	3 885 847	7,5
2011	257 122	4,6	4 376 382	4,0
2012	285 620	0,0	4 814 760	1,9
2013	333 481	5,5	5 331 619	3,0
2014	348 084	- 1,5	5 778 953	0,5
2015	376 960	- 3,4	5 995 787	- 3,5
2016	402 339	- 2,3	6 259 228	- 3,5

FONTE: IBGE/ IPARDES – Contas Regionais do Brasil

NOTA: Nova metodologia, referência 2010.

(1) Os resultados para o Estado do Paraná para o ano de 2016 são estimativas do IPARDES.

(2) Dados do PIB do Brasil de 2016, calculados pelo IBGE, referem-se às Contas Nacionais Trimestrais.

(3) Preços correntes de mercado.

